

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

**Grupo de Pesquisa: Politeia – Coprodução do Bem Público, *Accountability*, Inovação e
Sustentabilidade**

**MARKETPLACES DE *CLOUD* NAS COMPRAS PÚBLICAS:
GOVERNANÇA, *ACCOUNTABILITY* E TRANSPARÊNCIA SOB A PERSPECTIVA
DE FORNECEDORES DE TI**

MEMORIAL DESCRITIVO

Anexo IV do Edital nº 42/2025

Candidata: Neiva Barreto de Carvalho

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7327779617005403>

Florianópolis

2026

Trajetória Acadêmica

Sou graduada em Administração pela Faculdade Evangélica de Brasília (2011-2014) e já no começo do curso iniciei minha aproximação com o setor público por meio de estágios. Essa imersão de aprendizado em organismos reguladores e de planejamento governamental orientou meu interesse pelo funcionamento do Estado e implementação de seus marcos regulatórios. Em 2016, ingressei no curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Direito Administrativo pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), concluído em 2017. O programa aprofundou minha compreensão sobre teoria geral dos contratos administrativos, parcerias público-privadas e gestão de riscos em projetos de infraestrutura pública. Durante o curso, integrei grupo de pesquisa que desenvolveu estudo de caso aplicado na Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) investigando a alocação de riscos em uma concessão pública e propondo uma matriz de riscos entre a Concessionária e o Poder Concedente. O trabalho consolidou meu interesse pela pesquisa científica voltada à gestão de riscos em contratos e motivou o tema da minha monografia de especialização, a saber: “Financiamento dos investimentos em infraestrutura nacional: investimentos estrangeiros e risco cambial”, em que analisei se a transferência do risco de variação cambial ao parceiro privado torna-se obstáculo ao investimento estrangeiro no País em momentos de incerteza política e econômica. O trabalho propôs um mecanismo de compartilhamento do risco cambial entre as partes e evidenciou lacunas jurídicas e regulatórias que ainda precisam ser discutidas no âmbito da gestão pública. Até aqui complementei minha formação com capacitações e treinamentos em temas de licitações e contratações públicas, metodologias de gestão de riscos, soluções de inteligência de dados e gestão de projetos.

Trajetória Profissional

Minha trajetória profissional perpassa o setor público e a iniciativa privada, com maior ênfase de atuação em temas de governança, gestão de riscos, gerenciamento de projetos e contratos administrativos. Em cada função aprofundei a compreensão de como o Estado contrata, controla e presta contas. No setor público, destaco as seguintes experiências: a) EPL: atuei como Assessora e Chefe Substituta do Escritório de Gerenciamento de Projetos – estrutura do Gabinete da Presidência responsável pela estratégia institucional e governança corporativa. Por se tratar de Estatal, que se submete a exigências mais rígidas de transparência e controle, esse período formou minha base prática em *accountability* e mecanismos de responsabilização pública. Atuei diretamente com gerenciamento de projetos, gestão de riscos, contratos, política de governança digital, programa de integridade, política de transações com partes relacionadas, relatórios de meta e resultados, também elaborei normas internas, conduzi treinamentos e apoiei

na elaboração de editais de licitações, projetos básicos e executivos; e b) Sejus/DF: Fui Assessora Especial e Chefe Substituta da Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos do Gabinete do Secretário da Pasta. Fui Secretária Executiva do Comitê Interno de Governança Pública, responsável também pela implementação da gestão de riscos na Secretaria com amparo metodológico da Controladoria-Geral do Distrito Federal. Atuei na implementação do programa de integridade e com estruturação de processos, regimento interno, resposta a auditorias e controle externo, elaboração de editais para compras emergenciais, além de gerenciar projetos finalísticos e prestar assessoramento direto ao Secretário da Pasta.

Atualmente, sou coordenadora de licitações, contratos e renovações em uma empresa privada de tecnologia, além de coordenar as operações de vendas para o setor público. Minha principal missão é levar governança para a receita, orientando as equipes nos termos das Leis 14.133/2021 e 13.303/2016, e demais regulamentações aplicáveis, procedimentos de atas de registro de preços, direcionamento para a esmerada execução de contratos, conformidade legal, conflitos de interesses, além de gerir riscos de sanções, elaborar manifestações recursais de contratos e impugnações aos certames licitatórios. Também sou responsável pelo programa de integridade da empresa e atuo como ponto focal do setor de governo para temas de governança e *compliance* junto ao Comitê Interno. Minha posição atual me coloca diariamente na interseção entre o processo comercial privado e as exigências jurídicas e administrativas do setor público e sob desafios que podem ser explorados academicamente.

Adequação ao contexto profissional

A pesquisa que proponho advém de um problema concreto que temos vivenciado na prática profissional: a empresa em que atuo possui clientes e *leads* do setor público que adotaram ou que estão em vias de adotar marketplaces de *cloud computing* como via de contratação dos nossos serviços – e nenhum de nós, fornecedores de tecnologia, sabe exatamente quais são as regras do jogo. O fluxo comercial que sempre transcorreu entre fornecedor e o Órgão Público passou a incorporar novos atores. Essa reconfiguração gerou questões que não encontro respondidas nem na literatura, nem na legislação vigente, especialmente sobre: como ocorre a transparência das transações por parte dos atores envolvidos; para quem de fato as informações são transparentes; como o Ente Público presta contas de uma aquisição cujos critérios foram parcialmente definidos pela plataforma privada; a rastreabilidade facilita ou não a auditoria e a prestação de contas; onde há opacidade de informação; e em termos mais específicos ainda, sob a perspectiva do fornecedor: a relação jurídica com o Órgão muda; o provedor do marketplace altera regras e ritos comerciais relevantes; o *ticket* médio de vendas se altera. Essas e outras

indagações nos motivam a entender a fundo mudanças reais no processo de contratação. Minha inserção profissional oferece à pesquisa algo que pesquisadores externos dificilmente teriam: acesso direto aos dados e aos profissionais que vivenciam esse processo nos dois lados do balcão – público e privado. Os resultados da pesquisa terão aplicação imediata nos processos internos da empresa e poderão subsidiar Órgãos Públicos quando da escolha de marketplace como via de contratação.

Motivação para o mestrado

Meu interesse no mestrado consolidou-se a partir da percepção de que as questões que enfrento no cotidiano profissional exigem mais do que experiência prática e aprendizado autodidata, exigem rigor metodológico e conhecimento sistêmico. O Grupo de Pesquisa Politeia, dedicado a coprodução do bem público, *accountability*, inovação e sustentabilidade, representa o ambiente acadêmico que mais se alinha às minhas intenções de pesquisa no contexto de governança pública e corporativa e dialoga densamente com meus interesses profissionais e ao problema que pretendo investigar. Busco, por meio do mestrado profissional, desenvolver as competências de pesquisa científica necessárias para produzir conhecimento aplicável que possa corroborar com o campo acadêmico brasileiro e com organizações que enfrentam os mesmos desafios que motivaram a minha proposta de pesquisa. No horizonte de médio a longo prazo, pretendo ser reconhecida no setor privado de *Business Intelligence* como referência para temas de governança e *accountability*, orientando uma relação jurídica escoreta entre empresas privadas e Órgãos Públicos demandantes. A formação acadêmica representa, nesse sentido, não um ponto de chegada, mas a estrutura que me falta para que a experiência acumulada se converta em contribuição real para o setor. Tenho interesse em agregar com a discussão regulatória sobre transformação digital, digitalização das compras públicas, inovação e modernização tecnológica – seja por meio de publicações ou participações em grupos técnicos ou assessoramento a organizações do setor.